"Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal"

As raízes do exclusivismo e vanguardismo político em Moçambique, 1969-1977

Colin Darch
Universidade do Cabo Ocidental, Bellville, África do Sul

David Hedges
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique

Introdução

Este trabalho apresenta uma perspectiva preliminar das fontes sobre as questões inter-relacionadas à ampla economia política do período da transição em Moçambique, e a evolução particular das tradições e das práticas políticas nos fins do período colonial e nos princípios do período pós-colonial. O ponto de partida desta investigação era a crise interna sofrida pela Frelimo no ano de 1969, ano em que Eduardo Mondlane foi assassinado, e o ponto final, a decisão da Frelimo em se tornar um partido de vanguarda no seu terceiro congresso, no ano de 1977. Entre essas duas datas, intencionamos tentar identificar os significados possíveis da democracia e da participação popular na luta pela libertação em via de desenvolvimento, no contexto igualmente da descolonização regional e da política da guerra fria.[1] Neste primeiro esboço, chamamos atenção ao relacionamento nos princípios deste período entre, por um lado, tradições e práticas em formação, e pelo outro, a forma de luta político-militar e as suas conseqüências no período imediatamente pós-colonial.

Deve-se salientar que este trabalho não aparece no fim de um projeto de pesquisa, mas ao contrário, no seu início. Assim manifestam-se os resultados de uma pesquisa da literatura existente, e um ordenamento cronológico preliminar. A seleção e as ênfases aqui desenvolvidas se apresentam como hipóteses e questões que precisarão ser mais trabalhadas. Em especial, o trabalho coloca a questão "Qual a natureza de uma tradição política moldada nas circunstâncias de um intensivo conflito colonial-militar?"

A nossa investigação sobre um tal problema pode vir a servir como um ponto de partida para outras questões acerca do significado, para o Governo de Transição, daquela tradição política. Especialmente, e para entender a natureza da luta para a independência moçambicana a partir dos princípios dos anos 60 até 1975, vários aspectos da economia política colonial necessitam de uma atenção particular:

1. A natureza militarista do regime português era cada vez mais reforçada do ponto de vista funcional a partir de aproximadamente 1948. Os comandos coloniais independentes foram abolidos naquele ano, embora suas contribuições ao orçamento colonial-militar se mantivessem. Portugal colaborou também na OTAN a partir de sua fundação.

2. Desde os princípios dos anos 60, o colonialismo português experimentou uma série de reformas que afetou significativamente a estrutura socioeconômica de Moçambique. Longe de mudanças dramáticas para acomodar as forças políticas locais, quer brancas quer negras, um objetivo principal destas reformas era uma mais efetiva integração das colônias com a metrópole, através de uma série de medidas. Nestas se incluem um sistema novo de pagamentos inter-territoriais, que desapossou Moçambique do acesso às suas próprias reservas de divisas, enquanto facilitava um fluxo muito crescido do capital e do comércio com a metrópole; e a ampliação da migração e colonização branca, tal como a transferência acelerada das terras nas zonas rurais onde os colonos se tornavam os beneficiários principais da ajuda estatal na reestruturação e no processo da produção.

3. Não havia reformas políticas eficazes na década de 60, e somente após a morte de Salazar chegou-se ao ponto de discutir mudanças possíveis em relação à posição constitucional de Moçambique junto à metrópole e ao Conselho Legislativo. A única organização política permitida pela lei em Moçambique era a "Ação Nacional" de Salazar, que segurou o poder através de uma diversidade de meios políticos "corporativistas", inclusive uma polícia secreta eficaz e a rigorosa legislação anti-comunista de 1937, além de formas de controle das populações que às vezes atraiu a reverência mesmo de visitantes sul-africanos.

4. A proibição em 1960 pelos regimes minoritários brancos dos principais movimentos políticos nos países vizinhos da Rodésia e da África do Sul, pode assim ser vista como um reforço regional da atitude portuguesa contemporânea com respeito aos direitos civis e políticos indígenas. Além do mais, a partir do final dos anos 50, os portugueses viram a defesa da sua posição em Moçambique necessitar de iniciativas político-econômicas agressivas com impacto regional, tais como a aliança política e econômica com o Malawi, a tentativa de construir uma "constelação" de estados moderados na África central sob a influência portuguesa, e o projeto de Cahora Bassa.[2]

A trajetória política inicial da Frelimo

Foi no contexto que acabamos de descrever, que as características iniciais da Frelimo como organização político-militar se desenvolveram, e é neste contexto que a história do movimento deve se apresentar. Várias características específicas da história organizacional do nacionalismo moçambicano também devem ser tomadas em conta. Primeiro, associações moçambicanas abertamente políticas existiam somente no estrangeiro, especialmente (e por exemplo) na Rodésia do Sul (UDENAMO, intimamente ligada com o NDP de Joshua Nkomo), em Niassalândia (UNAMI), na Tanzânia (MANU), e na África do Sul. Estes agrupamentos eram fundados e movidos pelos imigrantes moçambicanos nestes países, e tinham — pelo menos em termos moçambicanos — um aspecto regional mas nem sempre uma agenda de caráter semelhante.[3]

Segundo, as histórias das origens do nacionalismo moçambicano muitas vezes deram um papel privilegiado à fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) em Casablanca, em 1961. O objetivo principal da CONCP e das suas organizações afiliadas era de conseguir apoio internacio-

nal para a descolonização ativa dos territórios portugueses, especialmente através da "aquisição de meios de auto-defesa para apoiar a resistência popular", isto é, a luta armada.[4]

Terceiro, vários estudiosos têm interrogado a questão da ideologia inicial da Frelimo, especialmente à medida em que a mesma era influenciada pelo marxismo, particularmente na sua visão da estruturação socioeconômica da sociedade colonial e dos meios disponíveis para a sua demissão. Thomas Henriksen argumenta que o próprio Mondlane pode ter sido um pensador revolucionário e um prático a partir de uma data bem anterior, e era profundamente influenciado pelas idéias sobre o imperialismo na África e por a sua visita à China em 1963.[5] Luís de Brito afirma que o discurso no qual as reuniões e os documentos da CONCP se concentraram pode ser caracterizado como "quase marxista".[6] Edward Alpers mostra uma semelhança impressionante entre a constituição partidária da UDENAMO e a da Frelimo.[7] Alegando que os compromissos políticos necessários para convencer as forças menos radicais de mergulhar num movimento nacionalista unificado de julho até setembro de 1962, resultou na exclusão da frase "para servir como vanguarda na luta incansável para a liberdade do povo africano e a independência de Moçambique", além de frases tais como "exploração econômica imperialista" ou a referência à importância das "massas camponesas e trabalhadoras"; todas elas figuravam prominentemente na documentação da UDENAMO.[8]

Logo do início, então, a união poderosa da ideologia "quase marxista" da CONCP com o objetivo explícito da organização de derrubar o regime colonial, tinha, pelo menos dentro do movimento nacionalista moçambicano, um potencial de criar discordância. Não fica bem claro que fosse este o motivo para a saída dos líderes da UDENAMO logo após a formação da Frente, ou se fossem talvez instigados mais pela ambição pessoal. O fato de que os membros não os seguiam podia, de fato, servir para mostrar que o apelo para a unidade lançado pela Frelimo era politicamente eficaz.

Na escolha dos títulos dos seriados principais da Frelimo a partir de meados da década de 60 subentende-se que os receios iniciais sobre a natureza geral da luta anticolonial pudessem ter sido superados: veja *Mozambique Revolution*, primeira edição dezembro de 1963; e *A Voz da Revolução*, primeira edição junho de 1965. Edward Alpers chama atenção para a natureza explicitamente socialista dos pronunciamentos sobre o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo encontrados nas publicações da Frelimo a partir dos fins de 1965.[9] O comunicado oficial editado no dia do desencadeamento da luta armada tinha claramente o objetivo de recrutar o apoio dos camponeses e operários.[10]

Todavia, ao contrário do que aconteceu na Guiné-Bissau, não foi priorizado o desenvolvimento de uma análise teórica empiricamente fundada na estrutura social moçambicana, sem dúvida, parcialmente porque as tarefas de manutenção da unidade política e de promoção da luta armada eram totalmente tentadores.[11] Sónia Kruks evidencia a identificação por parte de Mondlane das idéias da Frelimo sobre socialismo com aquelas desenvolvidas na Tanzânia, além da sua noção de que uma estrutura de classe baseada na propriedade faltava em Moçambique. Sugere que tais posições não surgiam de uma análise marxista "tradicional".[12]

Até o fim da sua vida, parece que Mondlane desenvolveu uma convicção particular de que a natureza da luta contra o colonialismo português, e realmente a natureza do próprio inimigo, chegará ao reconhecimento de que a revolução social era o objetivo inerente da guerra pela libertação. Em 1969, disse ao dr. Aquino de Bragança:

> *[...] at present Frelimo is much more socialist, revolutionary and progressive than ever and [...] the line, the tendency, is now more and more in the direction of socialism of the Marxist-Leninist variety [...] without compromising Frelimo, which still has not made an official pronouncement declaring itself Marxist-Leninist, I can say that Frelimo is inclining itself more and more in this direction because the conditions in which we struggle and work demand it.*[13]

À medida que é possível descobrir o contorno de uma filosofia para um governo futuro, como resultado da análise da perseguição da guerra pela libertação na década de 60, pode ser interessante também investigar cuidadosamente as palavras de Mondlane numa entrevista a Helen Kitchen em 1967. As observações de Mondlane revelam certos preconceitos sobre as condições existentes:

> *We have no chance to inherit anything from Portugal, or to accumulate wealth on our own. So what do we do? We have to start with whatever is available. And what is available is the state. The state will have control of all natural resources, and the people will invest their energies in the activities of the state.*[14]

Esta observação aparentemente pontual envolve, entretanto, várias questões interessantíssimas, principalmente acerca dos problemas de mobilização popular contemporânea e de modelos futuros de governo. No que diz respeito a estes últimos, ele estava provavelmente pensando inicialmente que Portugal, corporativista, não ofereceu à Frelimo qualquer modelo *político* útil para desenvolver uma prática democrática ou revolucionária. Mas houve logo um salto para as questões da economia, onde o uso da palavra "acumular" passou a ter uma influência marxista.[15] Deve-se levar em consideração, porém, a falta de oportunidade que a colônia tinha para promover a acumulação de capital. A política portuguesa encorajava a acumulação por parte dos camponeses, e essa foi uma das questões cruciais da Frelimo, desde o seu início. Esse problema permaneceu por muito tempo,[16] se pudermos acreditar nas narrativas das lutas pela liderança contra Nkavandame, no final da década de 60.

Mas as observações de Mondlane colocam implicitamente uma preocupação bem mais contemporânea. Até que ponto a mobilização do povo para a insurreição armada exigiu, durante um tal conflito político interno, prolongado e profundamente perturbador, que o movimento julgasse o problema resolvido de vez, quando conseguiu uma *démarche* em 1968? Embora a estratégia política de mobilização dos camponeses e trabalhadores tivesse sido um sucesso, deve-se levar em conta também um comentário de Mariano Matsinhe feito nos primórdios de 70:

> *We found that the length of time needed to mobilize a group of people differed according to the intensity of their colonial experience. For example, the people who had returned*

from forced labour contracts in the towns were the most receptive to us. Or those who had been used for bridge- or road-building, or for work on plantations growing sugar, tea, rice or coconut.[17]

As implicações disso não foram aparentemente pesquisadas naquele momento, para desenvolver uma perspectiva político-econômica mais abrangente. Uma das conseqüências da trajetória ao longo da qual se desenvolveu o conflito "duas linhas" pode ter sido a desconsideração por parte da Frelimo de fenômenos complexos de história, cultura e sociologia. Nesses se incluem não somente problemas de pobreza rural, mas também, por exemplo, questões como a representatividade das chamadas instituições "tradicionais", questões sem qualquer relevância aparentemente imediata em termos político-militares, uma vez que uma linha política bem-sucedida e uma estratégia de mobilização se desenvolveram.

Não sugere-se assim que as tradições políticas e a ideologia não tiveram nenhum papel inerente na guerra pela libertação. De fato, na década de 60, os administradores portugueses dobraram os seus esforços em aumentar e estender os seus conhecimentos das fronteiras étnicas e das tradições reais e as heranças, exata e precisamente para encorajar a desunião entre as populações e a incorporação dos chefes e régulos nas estruturas políticas e administrativas da colônia.[18] Pode-se concluir assim que as reivindicações para a restituição dos chefes "legítimos" eram naquele momento muito melhor recebidas.

A linha oficial da Frelimo insistiu em que não havia conflito entre as identidades étnicas e a identidade nacional em formação. Reconheceu os benefícios potenciais de um pluralismo cultural pós-independência. Mas não enfrentou os problemas de instituições sociais herdadas, da estratificação rural associada, ou do significado possível destas numa organização e reconstrução político-administrativa pós-guerra.[19]

O vanguardismo militarista

O avanço desequilibrado da luta armada no final dos anos 60 tinha talvez um papel importante no processo complexo que resultou na tendência de estabelecer os militares numa posição central na política da Frelimo. A administração das zonas libertadas em Cabo Delgado era a responsibilidade, antes de mais nada, de oficiais políticos, mas estes, aproveitando das possibilidades para enriquecimento econômico pessoal, criaram, por sua vez, as circunstâncias para os reveses militares que seguiam uma vez que o entusiasmo dos camponeses enfraqueceu. O processo de infiltração, e a organização dos guerrilheiros, não tinha como suportar um tal desvio de apoio econômico e político. Foi criado um comitê especial para assuntos político-militares a partir de outubro de 1966, e a seguir, em 1967, o Departamento de Defesa foi reorganizado sob a liderança de Samora Machel, inclusive a reestruturação do exército guerrilheiro, depois denominado as FPLM (Forças Populares de Libertação de Moçambique); estas medidas todas assinalavam uma elevação fundamental do perfil militar.

A fase decisiva do conflito em Moçambique chegou aos 18 meses entre meados de 1968 e o fim de 1969. A influência dos militares endureceu por ambos os lados, e as raízes do conflito se explicitaram mais do que nunca. No lado da Frelimo, a contesta-

ção principal dizia respeito ao local, seleção dos delegados e agenda do II Congresso da Frelimo em julho de 1968. A direção política de Cabo Delgado não assistiu ao Congresso que aprovou *inter alia* estatutos novos intensificando o papel dos militantes originários das zonas libertadas, dando-lhes uma representação aumentada no Comitê Central. Além do mais, anteriormente, a afiliação à Frelimo necessitava apenas de uma expressão de apoio geral aos objetivos políticos. Agora, os deveres e direitos de um membro se definiam com mais cuidado: exigiu-se que os membros se tornassem politicamente conscientes, aceitassem disciplina militar, e estivessem prontos a defender as suas crenças.[20]

Sem dúvida, tudo isso era reflexo de uma preocupação militar de desenvolver e sustentar um apoio político bem seguro entre o campesinato dentro de Moçambique. Por um lado, grande número dos combatentes era de camponeses do norte do país. Noutro, o avanço da guerrilha, que resultou na libertação dos camponeses das pilhagens do Estado colonial, de recrutamento para trabalho forçado, de culturas agrícolas forçadas, e de deslocações obrigatórias, também necessitava do consentimento efetivo e até do apoio material de grande número de pessoas não-militares no campo. De fato, o desenvolvimento da interdependência entre guerrilheiro e camponês em determinadas zonas — entre as quais Cabo Delgado, Niassa e Tete — parece ter sido a característica central de mudança política em Moçambique nos anos 60.

Apesar das tentativas de Eduardo Mondlane de chegar a um acordo com a liderança recalcitrante de Cabo Delgado, em relação às necessidades do exército na perseguição da guerrilha, vários deles fugiram para o lado português nos fins de 1968. Uma vez mais, esta saída não tinha forte impacto: não havia deserções em grande escala, e não resultou em nenhuma crise militar, enquanto apostasias secundárias e conflitos destrutivos se tornaram comuns.

Naturalmente, não se deve idealizar o caráter da interdependência entre guerrilheiro e população rural. Como Yusuf Adam sublinhou num estudo recente sobre o planalto de Mueda em Cabo Delgado,[21] a extensão das zonas libertadas era um processo violento, às vezes conduzindo à repressão ou até à execução daqueles considerados estorvadores da luta contra o colonialismo. Adam argumenta que se deve pensar o avanço da luta armada nos termos seguintes:

> A relação entre os guerrilheiros da Frelimo e as populações desenvolveu-se ao longo de um eixo limitado pela repressão, por um lado, e a mobilização por outro. O equilíbrio manteve-se porque a população precisava do exército para se proteger e este precisava dela para sobreviver.[22]

Além do mais, não são justificadas necessariamente pelos testemunhos orais, argumentos posteriormente propagados, que no processo de organização das zonas libertadas, as relações de produção chegaram a ser modificadas pela produção coletiva de grande escala, ou que havia um ataque sistemático contra os costumes e a religião tradicionais.[23]

De fato, isto apóia o que está implícito numa grande parte da literatura existente: que era exatamente esta insistência sobre prioridades militares, e a subordinação das outras agendas a esta, que conduziu ao apoio popular do qual a Frelimo gozou, pre-

cisamente porque era tão eficaz na eliminação das causas imediatas de mal-estar rural. Os administradores governamentais, os recrutadores, os agricultores pequenos, os régulos e os chefes arrogantes, e possivelmente mesmo os missionários, se encontravam numa situação desvantajosa, se não fossem afugentados pelas vilas. Mas a perseguição da guerra resultava numa ainda mais sistemática, enquanto temporária, destruição das estruturas sociais nas zonas libertadas, porque a reorganização de produção através da intervenção, e para o benefício do exército guerrilheiro necessitava do deslocamento das populações para zonas defensáveis contra represálias portuguesas. Com base nisso desenvolveram-se, sim, os elementos fundamentais para um Estado novo e "popular".[24]

Se os primeiros quatro anos de guerra colonial tivessem resultado na resolução de alguns dos problemas políticos inevitáveis da consolidação de um movimento de libertação eficaz em Moçambique, e no aparecimento do exército como a manifestação principal do projeto político desta, então os cinco anos a seguir mostraram uma intensificação destas tendências todas, além de, pelo menos no princípio, terem ocorrido conflitos internos ainda mais acentuados.[25]

A militarização da política portuguesa

Na mesma conjuntura, os acontecimentos do lado português começaram a inclinar para um fortalecimento da postura militarista. Cinco semanas após o Congresso da Frelimo, o chefe do governo português, Salazar, encontrava-se terminalmente incapacitado por um hematoma seguido por um ataque cardíaco. O que se sabe atualmente sobre a seleção e tomada de posse de Marcelo Caetano mostra claramente a resolução dos militares portugueses em manter a unidade do império, e como eles exerciam um poder efetivo de veto na vida política do país. As sondagens do presidente do estado, Amiral Américo Tomaz, aparentemente resultou na conclusão de que Caetano tinha maior capacidade de se adaptar ao estilo comprometedor de Salazar na gestão dos agrupamentos políticos e das tendências poderosas entre a elite portuguesa, inclusive talvez e provavelmente o mais importante: a manutenção da posição de privilégio das forças armadas nos conselhos de estado.[26]

Portanto, Caetano era um "anti-integracionista" assumido, quer dizer, opôs-se à estratégia de fortalecimento dos laços políticos e econômicos entre colônias e metrópole. Em 1962, o governo tinha arquivado as suas propostas detalhadas para uma resolução da questão colonial através de medidas absolutamente contrárias ao integralismo, isto é, a criação de um império federativo de estados independentes.[27] Convidando Caetano a ser chefe do governo em setembro de 1968, o presidente impôs uma condição que vetava a alteração da política colonial de defesa ou da política constitucional. A resposta de Caetano era uma contra-proposta, isto é que se colocasse a questão nas próximas eleições de 1969, para que os eleitores decidissem. O presidente respondeu peremptoriamente, dizendo que uma vez que o resultado fosse negativo, haveria intervenção do exército.[28] Similarmente, o discurso de posse de Caetano foi censurado pelas eminentes figuras políticas do regime, e foi obrigado a apagar referências às colônias como "novos Brasis", certamente por poderem ser

interpretadas pelos ouvintes como referências à mudança política e constitucional de caráter federativo.[29]

Da nomeação do general Kaulza de Arriaga como comandante-chefe das forças portuguesas em Moçambique vêm mais evidências da preeminência dos militares no governo. Aconselhado pelo governador-geral, Rebelo de Souza, sobre as desvantagens da nomeação de um oficial conhecido por sua megalomania militarista num tal cargo, Caetano não era capaz de convencer Kaulza de desistir, e ainda mais: não tinha como impedi-lo de tomar posse.[30]

O exército foi assim visto como possuidor de peso político indômito. Mas quando as idéias do novo líder português sobre as colônias começaram a se tornar mais evidentes, havia a ausência de qualquer perspectiva para avanços concretos no que diz respeito aos direitos políticos africanos, fez-se questão de mudar o discurso geral a favor do federalismo. Essa situação podia somente piorar o conflito em Moçambique. Caetano, desconfiando um pouco dos méritos da integração econômica e política das colônias com a metrópole, num discurso à Assembléia Legislativa em Lourenço Marques aos 18 de abril de 1969, optou por enfatizar elementos na constituição que inclinam para uma *autonomia progressista* das colônias numa nação portuguesa. Salientou, por exemplo, que "a Assembléia Legislativa colonial compara-se plenamente, na sua composição e nas suas competências, às assembléias dos estados nas federações as mais desenvolvidas", e que o desenvolvimento econômico e social implicaria uma extensão da autonomia colonial.[31] De fato, pelos meados de 1969, a liberalização das condições para atividade política da elite branca permitiu o aparecimento de um grupo político liderado pelo advogado António de Almeida Santos, argumentando a favor de uma república federativa com um tipo intermediário de independência colonial, assim ressuscitando o antigo fantasma da independência sob um governo branco e colonial protegido pelos portugueses, uma espécie de independência legalizada de tipo rodesiana dentro do império.[32] Importante neste contexto é notar que a declaração de Caetano na altura do desencadeamento da campanha eleitoral em setembro de 1969, mostrava como ele viu as alternativas nesta área decisiva da política colonial: "É preciso que, cá dentro e lá fora, fique bem claro se o povo português é pelo abandono do Ultramar ou se está com o governo na sua política de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia das províncias ultramarinas."[33]

Assim, a defesa das colônias não seria simplesmente incondicional, mas implicará o objetivo claro de uma autonomia futura.

Deve-se salientar que essa mudança aconteceu no contexto geral de um interesse diminuído por parte dos Estados Unidos na descolonização incondicional, o que corresponde a uma ênfase maior no fortalecimento político-militar das posições dos regimes africano-australenses, especialmente de Portugal. A posse de Richard Nixon, como a de Henry Kissinger como assessor nacional para segurança no princípio de 1969, continuava como uma tendência já estabelecida sob a administração de Lyndon Johnson nos anos 60, na qual os interesses nacionalistas dos povos colonizados da África chegaram a ter muitíssimo menos importância do que as preocupações globais da guerra fria. A revisão sistemática das políticas norte-americanas em 1969

conduziu a uma nova política, não só de retirar a pressão norte-americana para descolonização contra Portugal, mas também do cancelamento do fornecimento, ilegalmente se fosse necessário, de armas para Lisboa para impedir a continuação da guerra nas colônias.[34]

O governo Caetano aproveitou-se energeticamente destas oportunidades nas suas relações com os EUA, atingindo o ponto culminante com a assinatura, em 1971, de um acordo revisto sobre a base nos Açores, por um lado, e com o desenvolvimento de uma política de autonomia colonial, pelo outro. Os dois aspectos eram facetas simultâneas e, até um certo ponto, simbióticas de uma política só: o domínio militar foi visto agora como fiador de uma autonomia "acreditável" dentro da comunidade portuguesa. Falando de novos Brasis, era claro que Caetano não entendeu as independências africanas; e o apoio político e militar dos Estados Unidos agora começou em maneiras bem concretas para fortalecer a defesa militar portuguesa das colônias, e assim também excluir qualquer possibilidade de considerar uma negociação com as forças nacionalistas. Pode-se argumentar também que a mudança na posição estadunidense contribuiu para o endurecimento de uma política portuguesa já petrificada, e assumida pelo direito e pelo exército.

Apesar da situação evidentemente mais favorável aos portugueses no campo de batalha no primeiro semestre de 1969, segundo o governador-geral e o comandante do exército, Câmara de Pina, parece que as mudanças, juntamente com o assassinato de Mondlane aos 3 de fevereiro e a posição belicosa de Kaulza, cuja nomeação ao comando moçambicano já fora conhecida publicamente, fizeram pouco a fortalecer a posição política imediata dos portugueses.[35] Mas, por outro lado, parece provável que tudo isso serviu para confirmar a análise da Frelimo sobre as atitudes portuguesas em relação às independências políticas africanas, e à inviabilidade do caminho de negociação, e assim, reforçando a crença do movimento nacionalista na ação militar popular, numa conjuntura determinante ao longo do seu desenvolvimento político.

Por parte da Frelimo, o peso relativo dos militares na liderança aumentou significativamente após a morte de Mondlane.[36] Uma reunião do comitê executivo sobre a questão da liderança efetivamente degradou o vice-presidente, Uria Simango, com poucos laços com a hierarquia militar crescente e que agora tinha que fazer parte de um triunvirato presidencial junto com Machel, secretário de Defesa, e com dos Santos. Contudo, o próprio Simango aparentemente não tinha dúvidas sobre a linha correta. Segundo Jorge Jardim, e sem dúvida pela sua própria sugestão, o presidente Banda tentou, durante a visita de Simango a Malawi na semana de 16 a 23 de julho de 1969, a convencê-lo de que poderia tirar grande proveito da resistência passiva e da ação política moderada. Recebeu, portanto, uma resposta resoluta de Simango caracterizando o governo de Caetano como prisioneiro de "grupos militares e forças capitalistas" em Lisboa, e insistindo que a insurreição armada fosse inevitável, e também que a Frelimo tivesse apoio popular.[37]

Todavia, a alienação de Simango — e o seu eventual afastamento da presidência partilhada em novembro de 1969, após a publicação de um texto explicitando a sua decepção — era quase certamente ligada ao seu distanciamento da estrutura militar

de comando, a sua falta de compreensão da necessidade de uma unidade política em apoio ao esforço militar. Com a morte de Mondlane, quando precisava resolver o problema de liderança na Frelimo, essas divergências atingiram o ponto culminante. Mas Simango agiu sem levar em conta devidamente o peso aumentado do exército, resultado dos avanços da luta armada. Não há dúvida de que ele não tinha entendido, ou talvez até temesse um desenvolvimento ideológico relevante como fator importante na unidade e no esforço quando a guerra avançou. Essas questões começaram a ser debatidas abertamente após a morte de Mondlane.[38]

No mesmo ano, a situação militar mudou a favor da Frelimo. Em setembro o próprio Kaulza reconheceu que a guerra estava longe de ser concluída.[39] Em novembro, o governador-geral português escreveu a Caetano sobre o campo de combate militar contra a subversão. As coisas não melhoraram visivelmente e ele temeu uma deterioração.[40] Tudo isso era possivelmente reflexo da força cinética criada pela reorganização das decisões do II Congresso, e as reformas contínuas da defesa. Uma testemunha ocular, falando da transformação dos oficiais em políticos nas zonas libertadas de Mueda, salientou que "[n]essa altura [1969] todos nos transformamos numa espécie de soldado".[41]

A confirmação do governo de Caetano em relação ao projeto Cahora Bassa no rio Zambéze, implicava claramente que o desenvolvimento e a integração regional basear-se-iam na estrutura socioeconômica colonial existente, uma perspectiva vividamente sublinhada pelas reportagens nos jornais lisboetas quanto à capacidade do projeto de atrair 1 milhão de colonos portugueses, e de pôr fim à infiltração guerrilheira:

> O progresso que a barragem de Cabora Bassa provocará não só há de permitir pôr seu termo à atividade dos guerrilheiros, que se registra há cinco anos no norte de Moçambique, como atrairá ao vale do Zambeze 1 milhão de europeus, o que terá grande importância, tanto sobre o futuro daquela província portuguesa, como sobre o de toda a África Austral.[42]

De fato, a abertura da frente de Tete e o avanço da guerrilha ao interior de Manica e Sofala em 1972, resultou na marginalização da questão da barragem e a centralização imediata e sem precedentes da questão dos colonos. Existia um grande número de trabalhadores brancos na Beira, e os colonos se encontravam bem estabelecidos ao longo da estrada de ferro, como agricultores que se dedicavam ao comércio, alguns dos quais eram até ricos. Não foi diretamente encontrado este tipo de confronto anteriormente.

Interrogado em 1973 sobre a existência de uma burguesia nacional em Moçambique, dos Santos afirmou que *"There is no national bourgeoisie worth talking about"*.[43] Descrevendo a comunidade dos colonos, ele preferiu enfatizar as diferenças entre as situações moçambicana e sul-africana:

> *[...] political power in Mozambique is not in the hands of the settlers. Economically the settlers are not the owners of Mozambique. [...] But the settlers do benefit and they are part of the system [...] They are small capitalists compared to those who own Mozambique [...] When we started the struggle in Manica and Sofala for example, we made an appeal*

to the white population there [...] and we said that those who are not interested in perpetuating exploitation should unite forces with us against the same enemy [...] We have not yet had a clear response [...] The concentration of whites in the towns is certainly bigger than the whites on the land, and it is when the struggle reaches the towns that we will be able to test more clearly whether our approach has been successful.[44]

Três propostas principais podiam ser defendidas por esta posição: primeiro, o conceito de burguesia nacional aparece definido muito rigidamente, tal como o de propriedade. Uma tal perspectiva toma a questão da nacionalidade dos colonos como certa, além da estrutura socioeconômica, da "aristocracia" indígena economicamente ativa, dos vários tipos de posse de terras semelhantes à propriedade de terras, de outros tipos de propriedade em recursos, e das oportunidades para acumulação indígena apesar de sofrimento do colonialismo — tudo isso, pode-se supor, foi desenvolvido no contexto do dinamismo dos anos 60. Segundo, está bem claro já que quem apóia formas existentes da exploração econômica é improvável ter auxílio da Frelimo. Terceiro, as opções possíveis para o aperfeiçoamento das formas existentes de exploração resultantes da dominação colonial e tendo relevância direta no que diz respeito à posição socioeconômica da classe trabalhadora branca, inclusive os gerentes não são mencionadas, nem exploradas.

A inflexibilidade destas posições políticas, sem dúvida eficaz na formação importantíssima de quadros guerrilheiros, surgiu certamente das condições do desenvolvimento histórico da luta pela libertação. Mas existe pouco espaço nesta análise para acomodar as complexidades da concreta estrutura social moçambicana. Assim se explica, talvez, a idéia de que, pelo menos no olhar da liderança frelimista, esta estrutura não se desenvolveu significativamente desde os anos 50.

Por outro lado, não há dúvida de que a Frelimo tomou plenamente consciência de algumas das reformas introduzidas em Moçambique. Em 1971, mudanças nos mecanismos que governavam as relações econômicas da colônia com Portugal restituiu em grande medida o controle local sobre a exportação e a importação, e assim sobre o balanço de pagamentos. Esta descentralização óbvia marcou um abandono do "integralismo" econômico e imperial dos anos 60, e foi seguida por mudanças importantes na constituição, enfatizando uma muitíssimo aumentada autoridade e representatividade legislativa provincial, através da qual Moçambique se tornaria "estado" em vez de "província", em 1972.[45] Além do mais, a "localização" da máquina militar portuguesa em Moçambique (utilizando tropas africanas e dos colonos) se fortaleceu nos anos 60. A grande parte do aumento numérico vinha desta fonte (em 1969, eram 35.000; em 1971, 40.000; e em 1973, 51.463), compreendo 54% do total em 1973. A fundação das tropas elite especiais a partir de 1970[46] deu uma indicação ainda mais clara das intenções do exército de acumular conhecimentos locais (principalmente africanos) na área de contra-insurgência e operações tipo "comando", no coração de um exército moçambicano orientado aos colonos. Desertores trouxeram informações sobre estes últimos grupos à Tanzânia, e também sobre a doutrinação relativamente sutil que eles receberam, inclusive sobre a noção de uma independência nacional.[47] A possibilidade de um cenário rodesiano tornou-se mais evidente do que nunca.

Algumas hipóteses-tentativas

Numa conversa com Amiral Américo Tomaz em setembro de 1968, um pouco antes de tomar posse como chefe do governo português, Caetano disse que tinha a intenção de procurar apoio para uma "política de defesa" nas eleições futuras, de 1969. Tinha certeza de que ganharia. Tomaz interrompeu-lhe, afirmando que caso contrário, as forças armadas interviriam.

A nossa hipótese de trabalho diz respeito a essa postura rígida do governo português em relação à política colonial. As medidas ligeiramente reformistas de Caetano nunca encontraram um espaço político para se realizarem. Ao contrário, caminharam para o direito. Em março de 1974, após a publicação do livro *Portugal e o futuro*, declarou que qualquer debate sobre o futuro das colônias era ilegal, enquanto as eleições de 1969 confirmaram a justeza da "política de defesa".[48]

Segundo, a opção reformista de autodeterminação em Moçambique, em vez de independência total e incondicional, ficou vetada ao governo português pelas próprias forças armadas. Ao mesmo tempo, esta opção criou grandes dificuldades para a Frelimo, e o medo desta, entre outros fatores, conduziu o movimento pela libertação a adotar posições políticas cada vez mais militaristas, revolucionárias e exclusivistas, culminando num estilo bem *dirigiste* de governar após a independência. Um dos resultados desta postura, negando qualquer legitimidade aos compromissos nacionalistas os mais débeis fora da problemática da Frelimo, foi uma incapacidade completa de antecipar os problemas que iam surgir da falta de uma política de integração na sociedade moçambicana para os soldados negros do ex-exército colonial e africano.

Determinadas áreas precisarão de investigação mais completa. A identidade absoluta entre partido e estado no período imediatamente pós-independência; a desconfiança da Frelimo perante a "cidade" após os anos no campo; a marginalização do partido entre a VIII Reunião do Comitê Central e o III Congresso e o impacto disso no espaço político; todos esperam uma pesquisa mais pormenorizada, *inter alia* dentro do nosso próprio projeto.

Notas

1. Estamos conscientes de que o nosso uso da frase "luta pela libertação" presupõe uma problematização historiográfica do caráter da guerra entre a Frelimo e o poder colonial. Para uma análise dos problemas abarcados, veja João Paulo Borges Coelho, "Guerra colonial/luta de libertação: as duas faces de uma mesma investigação", *Colóquio "Construção e Ensino da História da África". Atas das sessões realizadas na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 1994* (Lisboa, 1994), p. 93-107. Este artigo logo reapareceu numa forma ampliada com o título menos evocativo "A investigação recente da luta armada de libertação nacional: contexto, práticas e perspectivas" (*Arquivo* n. 17 [abril de 1995], p. 159-179).
2. Veja, *inter alia*, Jorge Jardim, *Para servir Moçambique* (Lisboa: Tipografia Silvas, 1959), p. 196-198; Keith Middlemas, *Cabora Bassa: a study of engineering and politics in southern Africa* (Londres: Weidenfeld, 1975), *passim*; Robert d'A. Henderson, "Relations of neighbourliness: Malawi and Portugal, 1964-74", *Journal of Modern African Studies* v. 15, n. 3 (1977), p. 425-455; David Hedges, "Notes on Mozambique-Malawi relations", *Journal of Southern African Studies* v. 15, n. 4 (1989), especialmente p. 629.
3. São poucas as investigações concluídas sobre as naturezas e as trajetórias dos movimentos iniciais, e a maioria das narrativas aceitam indiscriminadamente a idéia de uma fusão linear e não-problemática na Frelimo de 1962. Porém, a UNAMI, por exemplo, parece ter sido muitíssimo controlada pelo Malawi Congress Party, cujas instalações forneciam espaço para a sede da organização moçambica-

na. A questão do desenvolvimento político dos elementos da UNAMI à África Livre e logo à Renamo exige também uma pesquisa cuidadosa.

4. Luís de Brito, "Le Frelimo et la construction de l'état national au Mozambique: le sens de la référence au marxisme (1962-1983)" (Tèse de doctorat "nouveau régime", Université de Paris VIII–Vincennes, 1991), p. 97-8. A frase textualmente escrita no documento da CONCP é assim: "Obtention des moyens pour l'autodéfense pour le maintien de la résistance des peuples [...]": veja "Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises, Casablanca, 10-20 abr. 1961. Déclaration Générale", in: Mário de Andrade e Maria do Céu Reis (org.), *Ideologias da libertação nacional* (Maputo: Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane [CEA/UEM], 1985[?]), p. 176.
5. Thomas H. Henriksen, "The political philosophy of Eduardo Mondlane" (Trabalho apresentado ao XIV Encontro Anual da Associação de Estudos Africanos dos EUA, Denver, Colorado, 3-6 nov. 1971), especialmente p. 17-18, citando *Mozambique Revolution* n. 1 (dez. 1963). Veja também seu "The revolutionary thought of Eduardo Mondlane", *Génève-Afrique* v. 12, n. 1 (1973), p. 37-52.
6. L. de Brito, *op. cit.*, p. 138-146.
7. Segundo uma testemunha ocular, a constituição da UDENAMO era esboçada rapidamente por Marcelino dos Santos numa reunião da CONCP. Enquanto dos Santos tinha um papel no delineamento da constituição da Frelimo também, qualquer semelhança não devia excitar grande admiração; e as diferenças assumem um significado ainda maior (Aquino de Bragança, comunicação particular a Colin Darch, c. 1980). Entretanto, dado que dos Santos não morava na Rodésia do Sul, e aparentemente rascunhou o documento udenamisto sem referência aos outros membros do grupo, perseguir esta lógica até o fim seria talvez desaconselhável.
8. Edward A. Alpers, "The struggle for socialism in Mozambique, 1960-1972", in: C. G. Rosberg e T. M. Gallaghy (org.), *Socialism in sub-Saharan Africa: a new assessment* (Berkeley, California: Institute of International Studies, University of California, 1979), p. 270-271.
9. *Ibid.*, p. 278-279.
10. De Brito, *op. cit.*, p. 143-144.
11. A verdade até, pelo menos, a publicação póstuma sob a autoria de Mondlane de *The struggle for Mozambique* (Harmondsworth: Penguin, 1969).
12. Sónia Kruks, "From nationalism to Marxism: the ideological history of Frelimo, 1962-1977", in: I. L. Markowitz (org.), *Studies in power and class in Africa* (1987), p. 241-242.
13. "[...] atualmente a Frelimo é muito mais socialista, revolucionária e progressista do que jamais fora e [...] a linha, a tendência, está cada vez mais na direção do socialismo do tipo marxista-leninista [...] sem compromisso por parte da Frelimo, que ainda não se pronunciou oficialmente marxista-leninista, posso dizer que a Frelimo inclina-se cada vez mais nesta direção, porque as condições em que lutamos e trabalhamos exigem isto." Citado por John Saul, "Development and counterdevelopment strategies in Mozambique", in: Edmond J. Keller e Donald Rothchild (org.), *Afro-Marxist regimes: ideology and pblic policy* (Boulder, Colorado: Lynne Rienner, 1987), p. 112. Deve-se notar que Mondlane segue uma tendência, mas não se identifica explicitamente com a mesma.
14. "Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal, nem de acumular riqueza por nossa própria conta. Então, o que fazer? Temos que começar com o que está disponível. E o que está disponível é o Estado. O Estado controlará todos os recursos naturais, e o povo investirá a sua energia nas atividades do Estado." Helen Kitchen, "A conversation with Eduardo Mondlane", *Africa Report* v. 12, n. 8 (nov. 1967), p. 51.
15. "Uma solução declaradamente marxista-leninista, mas não há nenhum dirigente da Frelimo até 1975. Seria demasiado pedir de Mondlane que tivesse esse tipo de declarações [...] A princípio não podíamos dizer que Mondlane, quando criou a Frelimo, que era um marxista, que era um socialista. [...] Mas o confronto dos problemas levou-o cada vez mais a aproximar-se do marxismo, e estou convencido de que seria um progresso nesse sentido." Fernando Ganhão, entrevistado por Patrick Chabal no seu *Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade* (Lisboa: Vega, 1994), p. 218.
16. Bem conhecida desde a 3ª sessão do Comité Central (11-21 abr. 1969), na historiografia recebida da Frelimo como "a luta entre as duas linhas". Veja especialmente o relatório inédito "Os graves acontecimentos" (Frelimo, 1969).
17. "Descobrimos que o tempo necessário para mobilizar um determinado grupo de pessoas era dependente da intensidade da sua experiência do colonialismo. Por exemplo, as pessoas que voltavam de contratos de trabalho forçado nas vilas eram as mais receptivas a nós. Ou, aquelas que trabalhavam na construção de pontes ou estradas, ou nas plantações de açúcar, chá, arroz, ou coco." Citado por

Barbara Cornwall, *The bush rebels: a personal account of black revolt in Africa* (Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1972), p. 35.

18. Veja, *inter alia*, J. A. G. de Mello Branquinho, "Prospecção das forças tradicionais", 2 v. (Lourenço Marques, 1966-69; pólicopiado); e R. Ivens Ferraz de Freitas, "Conquista da adesão das populações" (Lourenço Marques: Serviços de Centralização e Coordenação de Informações, 10 maio 1965; policopiado), *passim*.
19. Veja especialmente "Mozambican tribes and ethnic groups: their significance in the struggle for national liberation", *Mozambican Revolution* n. 36 (out.-dez. 1968), p. 20-23.
20. Alpers, *op. cit.*, p. 286.
21. Yussuf Adam, "Mueda, 1917-1990: resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento", *Arquivo* [Maputo] n. 14 (out. 1993), p. 9-101.
22. *Ibid.*, p. 43.
23. *Idem.*
24. Veja Luís de Brito, "Une rélecture nécessaire: la genèse du parti-État Frelimo", *Politique Africaine* n. 29 (mar. 1988), p. 26.
25. Devemos estas frases ao Dr. Luís de Brito, que escreveu sobre o significado do exército que: "[...] elle est l'instrument privilégié dù projet politique de destruction de l'ordre colonial trouvant son expression dans la lutte menée par la guérilla à l'interieur du Mozambique; par ailleurs, les combattents y sont en contact direct avec les populations, et par leur action ils assurent la crédibilité de l'organisation auprés de celles qui ont choisi de se soustraire au contrôle de l'administration portugaise et de s'installer en brousse autour des bases de la guérilla [...]" ("Le Frelimo et la construction de l'état national", p. 113).
26. José Freire Antunes, *Nixon e Caetano: promessas e abandono* (Lisboa: Difusão Cultura, 1992), p. 41-42. Nota-se bem que este livro consiste numa reedição revista e reescrita do livro do mesmo autor, *Os americanos e Portugal: os anos de Richard Nixon, 1969-1974* (Lisboa: Dom Quixote, 1986), com novas documentações.
27. Antunes (org.), *Cartas particulares a Marcelo Caetano* (Lisboa: Dom Quixote, 1985), v. 1, p. 30.
28. Marcelo Caetano, *Depoimento* (Rio de Janeiro: Record, 1974), p. 14-15. Para uma visão acérbica deste processo, atribuindo o sucesso de Caetano ao seu desejo de poder e às suas manobras eficazes, veja Franco Nogueira, *Salazar* v. 6 (Porto: Livraria Civilização, 1985), p. 406, 413. Assim pode-se talvez entender que Caetano não era capaz de prevalecer sobre os militares nesta altura e depois.
29. Antunes cita uma entrevista com Nogueira: "Nogueira e outros ministros, chamados previamente a comentar o texto, aconselharam Caetano a eliminar aquela alegoria a novas soberanias emanadas do Império seiscentista". Nogueira disse: "Se deixar estar essa frase, será já a cisão". (*Cartas particulares*, v. 1, p. 33). O próprio Caetano ratifica essa versão: "O Dr. Franco Nogueira pediu-me, quase de mãos postas, que a suprimisse". (*O 25 de Abril e o Ultramar* [Lisboa: Verbo, 1976], p. 64, citado in: Antunes, *Nixon e Caetano*, p. 47).
30. O governador-geral relatou desanimadamente que a nação [Portugal] e a Província [Moçambique] expiarão para a nomeação de Kaulza: "Que pena quando estávamos e estamos numa situação militar em bom caminho" (Governador-geral a Caetano, 4 jan. 1969 [Antunes, *Cartas particulares*, v. 1, p. 182]). De fato, esta carta toda consiste numa tentativa de ter revogada a nomeação, em vez de mandar Kaulza para Angola. Kaulza aparentemente tinha conhecimento de que Rebelo de Souza e outros consideravam-lhe megalômano e comentou logo em 1985 que julgou isso "quase um cumprimento" (Antunes, *Nixon e Caetano*, p. 79).
31. *Notícias* [Maputo] (19 abr. 1969); Henrique Barrilo Ruas (org.), *A revolução das flores. V. 1: Do 25 de Abril ao Governo Provisório* (Lisboa: Aster [1975]), p. 15.
32. Antunes, *Nixon e Caetano*, p. 81.
33. Caetano, *Pelo futuro de Portugal*, p. 318-319, citado por J. da Silva Cunha, *O ultramar, a nação e o 25 de Abril* (Coimbra: Atlântida, 1977), p. 269.
34. Antunes, *Nixon e Caetano*, p. 67-68, 122-124, 126.
35. No dia 4 de janeiro de 1969, o governador-geral relatou a Caetano: "O terrorismo tem estado quieto [...] estávamos e estamos numa situação militar em bom caminho." (Antunes, *Cartas particulares*, v. 1, p. 182). Aos 28 de maio de 1969, o general Câmara de Pina escreveu ao embaixador Bennett dos EUA: "*The situation in Mozambique is better than a year ago.*" (Antunes, *Nixon e Caetano*, p. 77).
36. Tal como, sem dúvida, a determinação de resistir à opressão política portuguesa em geral.
37. Jardim, "Visita de Uria Simango" (Apontamento n. 1.051, 25 ago. 1969), anexo às notas enviadas a Caetano (Antunes, *Cartas particulares*, v. 2, p. 19-20).

38. Será que Mondlane controlava efetivamente, através do seu posicionamento experto, esta questão política crucial; ou que a sua morte foi vista como resultado de uma reação pelos derrotados do II Congresso, associados real ou potencialmente a Simango? De qualquer forma, a síntese é tirada de Simango, "Gloomy situation in Frelimo" (Dar es Salaam, 1969; policopiado); Alpers, *op. cit.*, p. 281-284; de Brito, "Le Frelimo et la construction de l'état national", p. 121-123; and Barry Munslow, *Mozambique: the revolution and its origins* (London: Longman, 1983), p. 111-112.
39. Kaulza a Caetano, 20 set. 1969 (Antunes, *Nixon e Caetano*, p. 81).
40. Carta de Baltazar Rebelo de Souza a Caetano, 20 nov. 1969 (Antunes, *Cartas particulares*, v. 1, p. 192).
41. Habiba Muanino, citado in: Adam, *op. cit.*, p. 41.
42. *Diário de Notícias* [Lisboa] (1º out. 1969), citado in: E. de Sousa Ferreira, *África austral: o passado e o futuro*, 2. ed. (Lisboa: Seara Nova, s.d.), p. 122.
43. "Frelimo faces the future: Marcelino dos Santos interviewed by Joe Slovo", *African Communist* n. 55 (1973) p. 32.
44. *Ibid.*, p. 33-34.
45. Veja Middlemas, *op. cit.*; Henriksen, *op. cit.*; Borges Coelho, *op. cit.*
46. *Resenha histórico-militar das campanhas de África, 1961-1974. V. 1: Enquadramento geral* (Lisboa: Estado Maior do Exército, 1989), p. 240-242, 244, 259-260.
47. *Daily News* [Dar es Salaam] (13 dez. 1972).
48. "Linha de rumo para o Ultramar", *Notícias de Portugal* n. 1.401 (9 mar. 1974), supl., citado in: Gerald J. Bender, "Portugal and her colonies join the twentieth century: causes and initial implications of the military coup", *Ufahamu* v. 4, n. 3 (inverno de 1974), p. 139-140.

Colin Darch e David Hedges

‘Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal: as raízes do exclusivismo político em Moçambique, 1969-1977,’

in: Glaucia Villas Bôas (ed.),
Territórios da língua portuguesa—culturas, sociedades, políticas: anais do IV Congresso Luso-Africano-Brasileiro, 1 a 5 de setembro de 1996
(Rio de Janeiro: IFCS, 1999), p.135-149.